



NÚCLEO JURÍDICO DE DIVERSIDADE
SEXUAL E DE GÊNERO

RELATÓRIO DA 19ª PARADA DO ORGULHO LGBT DE BELO HORIZONTE

PÚBLICO TOTAL: 60.000 PESSOAS (CELLOS-MG)
AMOSTRAGEM: 396 ENTREVISTADOS

Este é o relatório final de uma pesquisa realizada pelo Diverso UFMG - Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero na 19ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, Minas Gerais em 2016. O tema da Parada daquele ano foi “Democracia é respeitar a identidade de gênero: não nos apaguem com política”, fomentando a inclusão e acolhimento plenos de identidades dissidentes de gênero. A Parada visibilizou com suas bandeiras a necessidade de avanços nas políticas públicas dirigidas às pessoas LGBT. É no contexto destas pautas que o presente relatório busca compreender quais são as principais demandas sociais e políticas das e dos participantes da 19ª Parada do Orgulho LGBT de

Belo Horizonte. A Parada ocorre desde 1998 e a cada ano atrai um público mais diverso e numeroso, sendo que no ano de 2016, segundo as/os organizadoras/es, 60 mil pessoas participaram do evento.

Foi justamente em face da necessidade da construção de programas e políticas públicas em parceria com as/os usuárias/os, possibilitando o acesso a novas informações e formas de atuação, valorizando vivências, autonomia e horizontalidade, que o Diverso UFMG promoveu esta coleta de dados, que visa municiar o debate público a respeito da inclusão plena de pessoas LGBT em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil.



OBJETIVO A pesquisa foi formulada com o objetivo de obter dados socioeconômicos, de reivindicações individuais, coletivas e sociais, de inserção e de convicções políticas das/os participantes da 19ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte.

A pesquisa descritiva quantitativa foi realizada por meio de questionários no dia 17 de julho de 2016, de 12h00 às 17h00, na Praça da Estação, em Belo Horizonte. A MEIOS – Empresa Júnior de Ciências Sociais/UFMG participou, junto com o Diverso UFMG, da elaboração dos questionários aplicados, treinamento de aplicadoras/os, tabulação e análises descritivas.

A amostra para a população estimada de

60.000 presentes foi de 381 questionários, sendo que 396 foram efetivamente aplicados de maneira aleatória simples, com margem de erro máxima de 5% e 95% de confiança. O programa utilizado para as análises de dados foi o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), programa comumente utilizado em pesquisas na área de Ciências Sociais. A formulação das tabelas e os presentes cruzamento de dados foram realizados através desse programa.

PREDOMINANTEMENTE JOVEM.

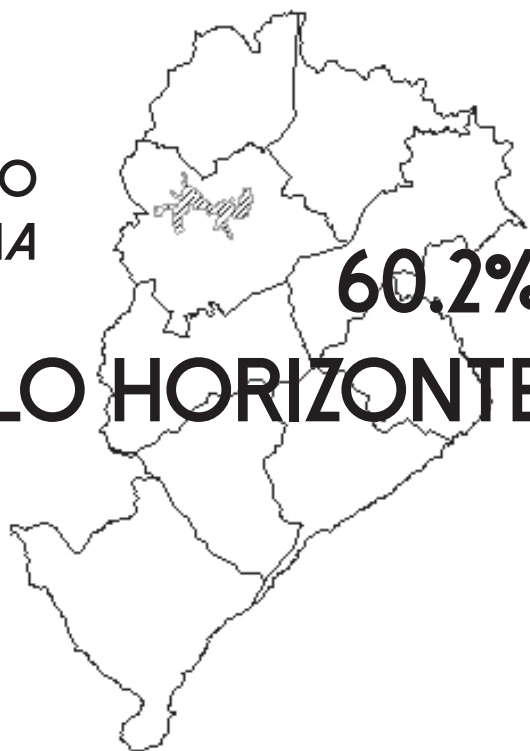


Na Parada LGBT 2016 de Belo Horizonte, observa-se público predominantemente jovem, sendo 29,5% com idade entre 20 a 24 anos, 27% entre 0 a 19 anos e 20,7% entre 25 a 29 anos. Dessa forma, o bloco de idades de 0 a 29 anos, concentra 77,2% do público presente no evento. 13,5% das pessoas tinha entre 30 e 39 anos, 5,3% entre 40 e 49 anos, e 4% acima dos 50 anos.

25.25% REGIÃO METROPOLITANA

14.55% OUTRAS CIDADES E ESTADOS

60.2%
BELO HORIZONTE



A maioria das/os entrevistadas/os (60,2%) se concentra em Belo Horizonte, 25,25% se concentra na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo que o restante (14,55%) se distribui por todo o estado, recebendo inclusive participantes de outros estados brasileiros.

IDENTIDADE

DE GÊNERO

37.5%
HOMENS CIS

1,3%
HOMENS
TRANS

0.8%
TRAVESTI

5.5%
MULHERES
TRANS

44.2%
MULHERES CIS

Das/os entrevistadas/os, 44,6% se declara como mulher cis; 37,5% se declara como homem cis; 5,5% se declara como mulher trans; 3,3% não binário; 1,8% bigênero; 1,3% homem trans; 1,3% gênero em dúvida; 1,3% gênero fluido; 1,3% outro

gênero; 1,3% não responderam à questão e 0,8% se declara como travesti. Essa pergunta continha a opção outros, onde entrevistadas/os se declararam como “andrógina”; “agênero” e “livre”.

ORIENTAÇÃO SEXUAL



Das/os entrevistadas/os, 56,3% se declaram como homossexual. 20,2% se declaram como bissexual; 19,7% se declaram heterossexual. Já 2,3% se declaram como panssexual. Na opção

outros, algumas/alguns entrevistadas/os preferiam frisar o termo “lésbica” e “gay” em vez do termo homossexual.

RAÇA, COR E ETNIA

36% PARDOS

18.1% PRETOS

36% BRANCOS

**9,5% AMARELOS, INDÍGENAS
E NÃO DECLARADOS.**

RELIGIOSIDADE

DA (O) PARTICIPANTE

Das/os entrevistadas/os, observa-se em primeiro lugar de afirmação os que declaram não possuir religião, com 32,2%, seguidos por católicos (27%) e evangélicos (9,1%). Com menores frequências, teremos matriz africana, com 3,5% das declarações, outras religiões com 2,8% e aquelas/es que não responderem à questão, 0,5% das/os entrevistadas/os. Dentre as/os entrevistadas/os que declaram outras religiões além das contidas nas opções, constatou-se: “budista”, “deísta”, “ocultismo”, “panteísta”, “politeísta”, “racionalismo cristão”, “wicca” e “cristão”. De forma geral, observa-se que grande parte dos presentes na parada possuem expressão religiosa.

DA FAMÍLIA

Quando perguntadas/os sobre a religião do núcleo familiar a que pertencem, as/os entrevistadas/os declararam que 61,2% são católicos; seguidos de 21,7% de evangélicos. O restante, de 16,9%, compreende as religiões de matriz africana, ateus, agnósticos, não possui e outros. Dessa forma, em comparação aos respondentes presentes na Parada, cuja a categoria “não possui” foi a mais respondida, os familiares dos mesmos se conservam com maior expressividade nas duas religiões mais populares no Brasil, com 82,9% segundo os declarantes presentes na parada. Na opção outros, “testemunha de Jeová”, “simbiótico” e “várias” foram respostas presentes

RENDA

Das/os respondentes na Parada LGBT, 32,2% declararam não possuir renda própria; 12,3% declararam receber menos de um salário mínimo; 24,7% declararam receber de um a dois salários mínimos; 11,3% declararam receber de dois a três salários mínimos; 11,1% declararam receber de três a cinco salários mínimos; 4,3% declararam receber de 5 a 10 salários mínimos e 1,8% declararam receber mais de 10 salários mínimos. O grande número de pessoas que não possui renda pode ser eventualmente explicado devido à grande presença de jovens na Parada. Observa-se, também, que a maioria dos presentes (69,2%) se conserva na faixa mais baixa de renda, de zero a dois salários mínimos.



ACOLHIMENTO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL

A população LGBT sofre diversos tipos de violência, dentre eles, a violência dentro das instituições. Os dados apresentados buscam ilustrar quantitativamente os diversos tipos de discriminação dentro destas instituições, e o quanto as/os participantes se sentem, ou não, acolhidos pelas instituições de ensino, saúde e segurança pública.



EDUCAÇÃO

Das/os entrevistadas/os, 0,3% afirma não ter estudado; 1,5% possui o ensino fundamental incompleto; 1,5% afirma possuir o ensino fundamental completo; 12,8% afirma possuir o ensino médio incompleto; 29,7% possui o ensino médio completo; 31,2% está cursando o ensino superior; 16,9% possui o ensino superior completo e 5,8% possui pós-graduação.

Dentre as/os entrevistadas/os, é possível observar que a maioria cursou o ensino fundamental (67,5%) e médio (66%) no ensino público, sendo que no ensino superior o número de presentes nas universidades públicas e privadas se equipara.

As diferentes formas de discriminação no sistema educacional criam também imensas desigualdades. Enquanto a distribuição do nível de escolaridade das pessoas cisgênero entrevistadas estava ao redor do ensino médio completo (29,5%), cursando ensino superior (entre 30% e 35%), ensino superior completo (entre 15 e 20%), e pós-graduação (ao redor de 6%), "a maioria das mulheres trans (59,1%) e travestis (66,7%) apenas possuíam ensino médio completo, ou estavam cursando ensino superior (4,5% e 33,3%, respectivamente). Além disso, das mulheres transexuais entrevistadas, 9,1% possuíam ensino fundamental incompleto, e apenas 13,3%

concluíram somente o ensino fundamental.

Também foi possível observar as diferenças quanto ao grau de escolaridade de pessoas brancas e não brancas. Cerca de 63,7% das pessoas brancas estavam cursando ou já cursaram o ensino superior, este número cai para 49,7%, quando se analisam as respostas de pessoas pardas, e 43,1% quando consideradas as respostas de pessoas autodeclaradas pretas.

O acolhimento nas escolas e instituições de ensino foi uma das questões abordadas durante as entrevistas. Cerca de 37,3% das e dos participantes afirmaram se sentir nada, ou pouco acolhidas na escola, enquanto 45,6% das pessoas se sentiram acolhidas, e 16,6% das/os entrevistadas/os se sentiram muito acolhidos no ambiente escolar.

Quando perguntadas/os se já haviam sido vítimas de algum tipo de constrangimento no ambiente escolar, 100% das travestis, e 76% das mulheres transgênero afirmaram que sim, enquanto 51% das mulheres cisgênero não-heterossexuais, e 64% dos homens cis-gênero não-heterossexuais reportaram ter sofrido alguma forma de discriminação. Além disso, 15% das mulheres cisgênero heterossexuais também afirmaram já

ter sofrido discriminação no ambiente escolar, enquanto nenhum homem cisgênero heterossexual respondeu sim a esta pergunta. Assim, 53,9% dos entrevistadas/os afirmaram que sim, já haviam sofrido constrangimento no ambiente escolar, enquanto 45,1% afirmaram não haver sofrido nenhum tipo de discriminação por parte de colegas, professores, funcionários ou direção.

Entretanto, ao serem perguntadas/os se a orientação sexual, ou identidade de gênero havia influenciado na trajetória educacional, apenas 38,5% dos entrevistadas/os relataram terem sido influenciado por estes marcadores. Responderam que sim a este item: 54,5% das pessoas não-binárias, 50% das pessoas bigêneros, 31% das mulheres cisgênero, 41% dos homens cisgêneros, 100% das travestis e mulheres transexuais, e 25%

dos homens transgênero.

Já quando responderam sobre o acolhimento nas instituições de ensino superior, 31,2% dos entrevistadas/os disseram se sentir acolhidos, 17,9% se consideram muito acolhidos, 10,8% dos entrevistadas/os se sentem pouco acolhidos, enquanto 4% se sentem nada acolhidos dentro do ambiente universitário. Enquanto 21,7% das pessoas brancas, e 21% das pessoas pardas disseram se sentir muito acolhidas dentro das instituições de ensino superior, apenas 5,6% das pessoas que se autodeclararam pretas afirmaram a mesma coisa.

Apesar destes resultados, cerca de 32,5% dos entrevistadas/os não ingressaram no ensino superior, portanto não responderam a este item.



SAÚDE

Ao serem questionadas/os sobre o atendimento médico, cerca de 76,8% das/os entrevistadas/os negaram a existência da igualdade em relação aos tratamentos para pessoas LGBTQs, e cerca de 29,5% das/os entrevistadas/os afirmaram já terem sofrido algum tipo de constrangimento durante acolhimento médico, porcentagem que cresce para 34,7% quando analisados dados de pessoas que se declararam pretas.

Dentre os entrevistadas/os que afirmaram já ter sofrido algum tipo de constrangimento em acolhimento médico, cerca de 63,2% das/os participantes afirmaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência psicológica. Além disso, 41% das/os entrevistadas/os alegaram já terem sido vítimas de violência verbal, enquanto somente 10,3% já disseram ter sido constrangidos fisicamente, e 9,4% disseram ter sofrido algum tipo de violência sexual. Quando responderam que já sofreram algum tipo de constrangimento no acolhimento médico

4,2% das pessoas brancas, e 4,9% das pessoas pardas que responderam sim a este item, afirmaram que a violência foi de natureza sexual. Este número cresce para 12,5% para pessoas pretas.

Apesar disso, sobre o acolhimento nos postos de saúde e hospitais, a maioria dos participantes disseram se sentir acolhidos ou muito acolhidos nos postos de saúde e hospitais, sendo 40,8% das/os entrevistadas/os acolhidas/os, 9,6% muito acolhidos, e 36% se dizem pouco, e 9,6% se dizem nada acolhidos.

Entre os participantes da pesquisa, cerca de 61,2% fez, ou faz a utilização do Sistema Único de Saúde. 40,3% destes recebem suporte de preservativos, 65% declaram serem usuários dos serviços de exames, 18,1% têm acesso à cirurgias, enquanto somente 6,6% declara receber assistência relacionada à hormonização.

SAÚDE

Dentre as/os entrevistadas/os declaradas/os mulheres trans, homens trans e travestis, quando perguntadas/os se já realizaram ou realizam uso de hormônios, é possível ver que a grande maioria faz a auto-aplicação.

O questionário aplicado teve um recorte específico no que diz respeito à saúde trans. Dos homens transexuais, mulheres transexuais e travestis que responderam ao questionário, 76,7% afirma já ter feito uso de hormônios, e 13,3% afirma não ter feito uso em épocas anteriores. Ademais, 63,3% afirma fazer uso de hormônios atualmente, e 20,0% diz não fazer uso no momento atual. Das pessoas trans e travestis entrevistadas 53,3% faz ou fez uso de auto-aplicação dos hormônios; 13,3% faz ou fez acompanhamento em clínicas particulares, e apenas 6,7% faz ou fez acom-

TRANS E TRAVESTI

panhamento pelo SUS (destas, em 26,7% o item não se aplica, ou não respondeu). Dessa forma, é possível observar que a maior parte das/os entrevistadas/os faz o uso sem acompanhamento médico.

Buscou-se também aferir como se dava o tratamento a essas pessoas no Sistema Único de Saúde. Para tanto, perguntou-se se o nome social era utilizado durante esses atendimentos. Apenas 50% das/os entrevistadas/os responderam de maneira positiva. E, ainda, dessas/es que utilizam o serviço, 37,5% afirma já ter sofrido constrangimento relacionado ao uso do nome social, enquanto 29,2% diz não ter sofrido. No que diz respeito ao tratamento em um âmbito geral nesses ambientes, dentre as mulheres trans heterossexuais 66,7% já sofreram constrangimento no atendimento médico.



VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Cerca de 45,9% das/os participantes da pesquisa afirmaram já ter sofrido violência em decorrência da orientação sexual ou identidade de gênero, dos quais 20,2% afirmaram ter acionado a polícia.

Das pessoas que afirmaram já terem sofrido algum tipo de discriminação ou violência em decorrência da orientação sexual ou identidade de gênero, grande parte, 74,6%, afirma já ter sofrido algum tipo de constrangimento verbal, 57,5% afirmam já terem sofrido algum tipo de violência psicológica, 37% sofreram violência física e 14,4% sofreram algum tipo de violência sexual.

Entretanto, estes dados não podem ser generalizados à todas as populações pois, ao fazer um recorte de raça, foi possível apontar que há um grande tipo de diferença qualitativa entre as violências sofridas por pessoas que se autodeclararam brancas, pardas e pretas.

Enquanto pessoas brancas se declaram mais vulneráveis à violência verbal (88% das pessoas brancas relataram já ter sofrido este tipo de violência, contra 68,7% de pessoas pardas e 65,6% de

pessoas pretas), pessoas pardas e pretas estão mais suscetíveis a sofrerem algum tipo de violência de cunho psicológico, físico ou sexual. Sendo que, para a última, o número de pessoas pretas que já haviam sofrido este tipo de violação (28,1%) é quase 3 vezes maior em relação a pessoa brancas (9,5%) e pardas (10,4%).

Quanto a terem suas demandas atendidas pela polícia, 51,3% das pessoas que afirmaram ter a acionado disseram não ter suas demandas atendidas, enquanto somente 48,8% das/os entrevistadas/os tiveram estas demandas protocoladas satisfatoriamente. Sobre o registro das ocorrências, cerca de 42,5% das pessoas afirmaram não terem em suas ocorrências nenhuma das categorias citadas pela Polícia Militar de Minas Gerais (sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia, bifobia e travestifobia), enquanto somente em 27,5% dos casos em que a polícia foi acionada declarou-se que os registros foram feitos corretamente.

Já as/os participantes que optaram por não acionar a polícia, em sua maioria não o fizeram por medo (52,2% dos casos) ou descrença na polícia (21,1% dos

casos), totalizando somente estas duas alternativas 73,3% das respostas.

Quando perguntadas/os se já haviam sofrido algum tipo de discriminação em função de orientação sexual ou identidade de gênero pela polícia, 16,4% dos entrevistada/os afirmaram que sim, já haviam sofrido algum tipo de retaliação, número que cresce para 19,4% para pessoas pretas. Contudo, 57,7% dos participantes responderam já ter presenciado algum tipo de violência em função de gênero ou sexualidade por parte de policiais.

Em relação ao acolhimento nos órgãos governamentais, do total de 396 entrevistadas/os, 43,1% dos entrevistadas/os se sentem nada acolhidos por estas instituições, este número tem um aumento relativo (cresce para 50%) quando comparadas as respostas de pessoas que se declararam pretas; 40,1% se sentem pouco acolhidas (somando 83,4% das/os entrevistadas/os), 12,3% disseram se sentir acolhidos e somente 2% se sentem muito acolhidos. Nenhuma das pessoas que se declararam pretas disseram se sentir muito acolhidas por instituições governamentais.

Uma das pautas levantadas na pesquisa foi a discriminação e acesso ao mercado de trabalho de pessoas LGBT. Esta dimensão está diretamente influenciada também pelos marcadores de classe, raça e nível de ensino. Quando perguntadas/os se estavam no mercado de trabalho formal, cerca de 36,5% das/os entrevistadas/os estavam em um vínculo empregatício formal, 46,1% dos entrevistadas/os não estavam com carteira assinada (não especificado se trabalhavam informalmente, ou se estavam desempregadas/os), e 14,9% das/os entrevistadas/os disseram nunca ter trabalhado. Enquanto 59,1% das mulheres trans e nenhuma das travestis entrevistadas estavam em algum vínculo empregatício formal, 32,2% das mulheres e 47% dos homens cisgênero tinham carteira assinada no momento da pesquisa.

É importante apontar que quase metade das pessoas que se autodeclararam pretas (47,1%), e 40,7% das pessoas que se autodeclararam pardas estavam trabalhando formalmente no momento em que foi realizada a pesquisa, número relativamente maior que o de pessoas brancas para o mesmo item (33,1%). Enquanto isso, o número de pessoas brancas que afirmaram nunca terem trabalhado se aproximava de um quinto (18,7%), enquanto para pessoas pretas e pardas este número cai para 11,4%. Além disso, nenhuma das pessoas indígenas entrevistadas afirmou estarem em vínculo empregatício formal, e 25% afirmaram nunca ter trabalhado.

Sobre a orientação sexual ou identidade de gênero e sua influência de alguma maneira na trajetória profissional, 16,8% das/os

entrevistadas/os disseram que houve influência destes marcadores, 48,8% dos participantes disseram que não houve, e 34,5% não responderam ao item, em sua maioria por dificuldade na compreensão da questão.

Ao serem questionadas/os se a orientação sexual, ou identidade de gênero foram obstáculos durante a trajetória profissional, 21,6% das/os entrevistadas/os que já trabalharam disseram que sim, e 67,1% que não viam os marcadores como empecilhos na carreira. Entretanto, este número cresce, apesar de permanecer inferior, quando perguntadas/os se já sofreram discriminação no local de trabalho para 32,9% contra 56,4% que disseram não ter sofrido nenhum tipo de constrangimento. Contudo, estes números se referem a todas/os as/os entrevistadas/os.

Das/os 108 participantes que declararam já ter sofrido discriminação no mercado de trabalho, 42,59% se identificam enquanto mulheres cisgênero; destas, 15,2% se identificam enquanto heterossexuais, 58,7% como lésbicas/homossexuais e 26,1% como bissexuais. 32,4% dos que se identificam enquanto homens cisgênero que já sofreram algum tipo de discriminação devido orientação sexual ou identidade de gênero, 88,6% é homossexual, 8,7% é bissexual e 2,9% heterossexual. Mulheres trans vem em seguida, representando 8% das pessoas que já sofreram discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, seguidas por homens trans (3,7%) e travestis (0,9%) sendo os 12% restantes compostos por não binários, bigênero, gênero em dúvida, gênero fluido ou outro gênero.

ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARA PESSOAS TRANS

O resultado desta pesquisa apontou, além da situação da maioria das pessoas trans sem emprego, uma outra dimensão: nenhuma das travestis entrevistadas tinham carteira assinada no momento; já em relação às mulheres trans, 59,1% não possuíam carteira assinada, enquanto isso, dentre os homens trans pesquisados, 80% possuía carteira assinada no momento. Esses dados ilustram como o acesso ao mercado de trabalho formal é ainda uma questão relevante para as mulheres trans e travestis, não da mesma dimensão para homens na mesma situação. Segundo a Associação Nacional de Travestis e

Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e mulheres transexuais estão em situação de prostituição, reflexo da discriminação no mercado de trabalho e falta de acesso à educação.

Ao cruzar os dados referentes à violência e renda obtidos na pesquisa, é possível observar que dentre aquelas/es que afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência ocasionado pela sua identidade de gênero ou orientação sexual, 74,6% dos entrevistadas/os se encontra nas três faixas mais baixas de renda, de 0 a 2 salários mínimos.

POSICIONAMENTO POLÍTICO E MOTIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO NA 19ª PARADA DO ORGULHO LGBT

Sobre o posicionamento político, a maioria das/os entrevistadas/os (46,6%) se declara de esquerda, sendo que a categoria que se segue em ordem decrescente são as/os entrevistadas/os que declararam não possuir posicionamento político (27%) e 11,3% declararam não saber o posicionamento que possuem. 4,3% das/os participantes se consideram de direita, também 4,3% se declaram centro-esquerda, e 2,8% centro e 0,8% centro-direita.

Quando perguntadas/os sobre o motivo o qual os levaram a participar da 19ª Parada

do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, a maioria das/os participantes (37,5%) disse ter ido para demonstrar apoio à causa, enquanto cerca de um quarto das/os entrevistadas/os disse ter ido para se divertir e 22,2% disseram ter ido ao evento por pertencimento à comunidade LGBT. Cerca de 1,5% dos participantes disseram ter sua participação motivada por questões religiosas, e 3% estavam “conhecendo” o evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 19ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte foi marcada pela diversidade. Estavam presentes pessoas com as mais diferentes identidades de gênero, raça/cor, orientação sexual e política. Da mesma forma, foi possível observar a vulnerabilidade desta população. Os dados colhidos reforçaram a necessidade de iniciativas permanentes e transversais para a promoção de saúde, educação, trabalho, segurança, visibilidade e combate ao preconceito em todas as suas formas.

Das/os 396 participantes entrevistadas/os, 36,5% acreditavam que a promoção da segurança era a necessidade mais urgente da comunidade LGBT e 29,2% disseram que a pauta de maior urgência é a visibilidade ou representatividade. Também foram citadas a inserção nas instituições de ensino (3,8%), inserção efetiva no mercado de trabalho (6%), e a promoção da saúde LGBT (5,8%).

Restou ainda claro que as experiências dos indivíduos são multideterminadas e não possuem causa única, e sim um conjunto de variáveis que perpassam as diferenças das lógicas de grupos sociais e, conseqüentemente, dos sujeitos que os compõem (SANTOS, FERNANDES, 2016). Dessa maneira, não é possível analisar os dados de maneira homogênea, considerando que, ao serem correlacionados, foi possível observar grupos ainda mais vulneráveis a possíveis violações de direitos dentro da comunidade LGBT.

Compreender as discriminações sofridas

por mulheres e pessoas LGBT sob uma perspectiva interseccional, então, implica ressaltar as diferenças nas experiências destes grupos, ao se considerar distintas categorias sociais que perpassam cada indivíduo. Devem ser pensadas as relações de cor, raça, etnia e classe em interseção às questões de gênero e sexualidade. Isso se justifica pelo fato de que em todos os itens relacionados à violação de direitos, a sobreposição da declaração de cor nas categorias do IBGE apresentou significativa relevância em relação às pessoas negras (pretas e pardas), estando estas mais vulneráveis à violência também institucional, o que dificulta o acesso aos dispositivos de combate à violência perpetrada contra esta população. Também quando se apontam as diferenças nos índices de violência por meio da avaliação de diferentes faixas de renda, e das disparidades entre níveis de escolaridade de pessoas cisgênero e transgênero, é possível pensar ações para o combate das discriminações em conjunto, sem que nenhuma experiência de violação seja ignorada.

O resultado da pesquisa da 19ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, realizada pelo Diverso UFMG, constitui uma importante base de dados para análises futuras e para iniciativas variadas dirigidas à ampliação da inclusão social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como outras identidades de gênero e expressões de sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAMOS, Marcelo Maciel; BRENER, Paula Rocha Gouvêa; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. (Org.). Gênero, Sexualidade e Direito: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

Projeto de investigação TvT (2016) “Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM) Atualização TDoR 2016” Disponível em: <<http://transrespect.org/es/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>>. Acesso em 19 março 2017.

AUTORAS E AUTORES:

Thays Cristhine da Costa Santos
Antônio Augusto Lemos Rausch
Bruna Demétrio Pereira
Lohana Morelli Tanure

COORDENAÇÃO ACADÊMICA:

Pedro Augusto Gravatá Nicoli
Marcelo Maciel Ramos
Lívia de Souza

APOIO:

SECRETARIA DE
DIREITOS HUMANOS,
PARTICIPAÇÃO SOCIAL
E CIDADANIA



CELLOS 
Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais

FINANCIAMENTO:



Reino dos Países Baixos